

PERSPECTIVA DOS PAIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL RELACIONADA A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NO ÂMBITO INTRAFAMILIAR EM UMA ESCOLA DE FORTALEZA

Giovana Lília Lemos de Araújo ¹ e *Deyseane Maria Araújo Lima* ²

Resumo

Este estudo teve como objetivos gerais compreender a perspectiva dos pais acerca da educação sexual nas escolas relacionada à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar e específicos, a fim de investigar a perspectiva dos pais acerca da educação sexual e analisar o que eles entendem por violência sexual. Foi utilizada como metodologia uma abordagem qualitativa com delineamento transversal, sendo realizada *snowball* como técnica de amostragem através de uma cadeia de indicações entre participantes. Foi utilizado como instrumento de coleta e análise de dados, respectivamente, uma entrevista semiestruturada com cinco mães de crianças que tinham entre seis a onze anos de idade, matriculadas em uma escola particular de Fortaleza (CE) e análise de conteúdo baseado em Bardin. A entrevista foi realizada presencialmente e de forma online. Os resultados obtidos foram que as participantes apresentaram a educação sexual como prevenção à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar; duas participantes afirmaram ter tido educação sexual na família; a violência sexual surgiu como violência psicológica, abuso sexual com contato físico e exploração sexual; duas mães concordaram que a educação sexual deveria ser realizada nas escolas por ser um local de aprendizado e três delas concordaram pelos tabus por parte dos pais e da escola. Além disso, as participantes, embora tenham aprovado a educação sexual, afirmaram que ela deveria ocorrer de modo restrito, não sendo realizada pela sua maioria antes dos seis anos. Logo, concluem-se a necessidade de construir políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento de debates entre escola e família de modo articulado.

Palavras-chave: Processo educativo. Sexualidade. Abuso. Infância. Família.

PARENTS' PERSPECTIVE ON SEXUAL EDUCATION RELATED TO SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN IN THE INTRAFAMILY SCOPE AT A SCHOOL IN FORTALEZA

Abstract

This study had the general objective of understanding parents' perspective on sexual education in schools related to sexual violence against children within the family and specifically investigating parents' perspective on sexual education

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

² Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Psicóloga formada pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNICHRISTUS.



and analyzing what they understand by sexual violence. A qualitative approach with a cross-sectional design was used as a methodology, using Snowball as a sampling technique through a chain of indications between participants. A semi-structured interview with five mothers of children who were between six and eleven years old enrolled in a private school in Fortaleza (CE) and content analysis based on Bardin were used as data collection and analysis instruments, respectively. The interview was carried out in person and online. The results obtained were that the participants presented sexual education as preventing sexual violence against children within the family; Two participants stated that they had had sexual education in the family; Sexual violence emerged as psychological violence, sexual abuse with physical contact and sexual exploitation; Two mothers agreed that sexual education should be carried out in schools because it is a place of learning and three of them agreed because of the taboos on the part of parents and the school. Furthermore, the participants, although they approved sexual education, stated that it should occur in a restricted manner, with the majority not taking place before the age of six. Therefore, the need to build public policies that enable the development of debates between school and family in an articulated way is concluded.

Keywords: Educational process. Sexuality. Abuse. Infancy. Family.

1. Introdução

O interesse pela área da violência sexual contra crianças surgiu durante minha trajetória acadêmica a partir das disciplinas como Psicologia do Desenvolvimento Humano, Violências contra Minorias, Psicologia Jurídica e Ludoterapia. Estas disciplinas contribuíram para a minha reflexão enquanto um ser político e agente de transformação, como também em conjunto com as discussões de caso que ocorreram na minha prática de estágio clínico, que possibilitaram diversos questionamentos sobre o modo como que as relações familiares se estabelecem com as crianças no âmbito doméstico, sendo um meio que por vezes produz sofrimento psíquico através da violência sexual e sobre o papel da escola na educação acerca dos aspectos que perpassam a compreensão da sexualidade delas.

Além disso, este estudo foi resultado da necessidade de compreender mais acerca do sofrimento psicológico decorrente de práticas abusivas e punitivas sexuais, tendo em vista que temas como sexualidade e violência estão mais evidentes nos dias atuais e pouco são discutidos pela sociedade, principalmente, na educação parental, devido aos tabus que são gerados em torno deste assunto e a insegurança dos pais, o que justifica a pertinência e contribuição deste estudo para comunidade científica na produção de conhecimentos

Ademais, a pesquisa torna-se relevante em razão do índice elevado de incidência sobre a violência sexual contra crianças. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2022), nos últimos quatro anos, no Brasil, foram



registrados 179.277 casos de estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano, sendo 62 mil crianças vítimas de abuso sexual nesses quatro anos. Além disso, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (2020), 40% das denúncias dos casos de violência sexual contra crianças são cometidas por pai ou padrasto. Vale salientar que, de acordo com a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, é instituído o programa de prevenção ao assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e à violência sexual na instituição pública ou privada.

Sendo assim, este estudo contribuiu para uma maior compreensão acerca da perspectiva dos pais sobre educação sexual nas escolas como estratégia de prevenção à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar em uma escola de Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa que buscou responder à seguinte problemática: Qual a perspectiva dos pais acerca da educação sexual na escola relacionada à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar?

O presente estudo teve como objetivo geral compreender a perspectiva dos pais acerca da educação sexual nas escolas relacionada à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar. Concomitantemente, buscou-se como objetivos específicos investigar a perspectiva dos pais acerca da educação sexual e analisar o que eles entendem por violência sexual. Tendo como hipótese de pesquisa que os pais entendem a educação sexual realizada nas escolas com crianças como prevenção da violência sexual no âmbito intrafamiliar.

2. Constituição da infância

Na Idade Média, a concepção de infância não era compreendida da mesma forma que atualmente, ou seja, com características e particularidades diferentes das dos adultos. Além disso, a criança pouco se relacionava com seus pais, pois o seu processo de aprendizagem e de socialização era de responsabilidade da comunidade. Contudo, com o surgimento do capitalismo, a criança passa a ser vista como lucrativa para o estado, a escola passa a ter o papel de educá-la acerca dos valores morais da sociedade e a família torna-se responsável por tudo o que diz respeito à vida de seus filhos (Costa, 2010). Entretanto, entre o século XVI e XVII, surge o conceito de propriedade privada no que se refere à família e ao sentimento de infância (Ariés, 1981).

Ademais, a infância é um produto da modernidade, e a sua compreensão foi influenciada por transformações sociais e históricas, em que a mesma está relacionada a uma particularidade de ser no mundo, não sendo um estado que é vivido igualmente por todos os indivíduos. No período moderno no Brasil, inicialmente, a criança era referida pelo termo “menor”, que se referia a uma determinada faixa etária do desenvolvimento. Posteriormente, a expressão ganhou um valor negativo, sendo atribuído às crianças que viviam em condições de pobreza, vistas como uma ameaça à sociedade e passíveis de receberem tratamentos cruéis e degradantes (Frota, 2007).

No decorrer do século XIX e XX no Brasil, cria-se o Código de Menores em 1927, destinado a punir jovens que se apresentavam em situação irregular.

Considerava-se, na época, crianças e adolescentes que se encontravam nessa situação como “menores infratores”. Contudo, em 1970, a sociedade civil foi marcada por diversos movimentos sociais em defesa da garantia da proteção social pela infância e juventude. Logo, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é idealizado, e o Código de Menores é abolido (Almeida et al., 2014).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (2023), considera-se criança até os doze anos de idade incompletos, como um sujeito que possui direito à vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização, lazer e esporte. Estes são assegurados pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ou por outros meios, a fim de promover o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança em condições de liberdade e de dignidade, cabendo à família, à sociedade e ao Estado garantir todos eles à mesma (Brasil, 2023).

Sendo assim, percebe-se que a constituição da infância é um processo contínuo e vivido de forma individual a partir do contexto histórico, social e cultural de cada sujeito, sendo necessário discutir acerca das particularidades desta fase do desenvolvimento e a importância de compreender o seu modo singular de ser, a fim de combater qualquer tipo de violência contra crianças, considerando que a compreensão que temos sobre a infância repercute na formulação e garantia de seus direitos.

3. Definição sobre violência sexual e subtipos

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência sexual define-se como qualquer ato sexual que busque obter gratificação sexual contra a sexualidade do outro, incluindo a coibição por meio do uso da força física, intimidação psicológica, chantagem ou outras ameaças, como também o estupro que é caracterizado como uma penetração forçada entre as partes íntimas da vítima e do agressor.

Ademais, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (2020), a violência sexual é entendida como qualquer ato que coíba a criança ou adolescente de realizar ou presenciar ações de cunho sexual referente à conjunção carnal, incluindo a exposição do corpo por meio de recursos eletrônicos.

Nesse sentido, a violência sexual é considerada uma violação dos direitos humanos e configura-se como um problema de saúde pública, ocorrendo em diferentes classes sociais a partir do estabelecimento de relações de poder entre o agressor e a vítima, sendo subdividida em abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual extrafamiliar e exploração sexual (Werneck; Gonçalves; Vasconcelos, 2014).

O abuso sexual é uma violência que envolve relações de poder e pode acontecer por meio da coerção e/ou sedução, considerando que na maioria das vezes o abuso sexual infantil é difícil de ser comprovado por não deixar marcas no corpo da vítima, por ele ser praticado frequentemente sem o uso da força

física, podendo ocorrer por meio do contato sexual com ou sem penetração ou sem o contato sexual (Araújo, 2002).

Além disso, o abuso sexual se refere a uma violência cometida por um ou mais adultos contra crianças ou adolescentes, podendo ocorrer no âmbito extrafamiliar com pessoas que não possuem parentesco, como também no contexto intrafamiliar com indivíduos que possuem convívio (Florentino, 2015).

Segundo Cunha (2021), o abuso sexual intrafamiliar é cometido por familiares no âmbito doméstico que usam a criança ou adolescente para obtenção da sua gratificação sexual. Entretanto, o abuso sexual extrafamiliar é praticado por um indivíduo que não possui grau de parentesco com a vítima e que ocorre em locais fora do âmbito doméstico.

De acordo com Almeida (2022), a exploração sexual é quando há a comercialização do sexo com crianças e adolescentes em troca de objetos valiosos, podendo ser realizada na forma de prostituição, pornografia, turismo sexual, escravidão sexual e tráfico de pessoas.

Logo, entende-se que a violência sexual pode ocorrer de diferentes formas por meio das relações interpessoais, seja entre membros familiares ou entre indivíduos que não possuem nenhum vínculo de parentesco, o que mostra a vulnerabilidade da criança em diversos contextos sociais e a sutileza do ato a partir das relações de poder que se estabelecem com a vítima.

4. A educação sexual nas escolas como prevenção a violência sexual contra crianças no ambiente intrafamiliar

De acordo com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2017), a sexualidade é inerente ao ser humano e se manifesta de diferentes formas ao longo do desenvolvimento como um modo de expressar afeto e descobrir sobre si e o outro, não sendo somente um ato sexual, mas também ligada a processos psicológicos, físicos e sociais que perpassam o indivíduo.

Outrossim, a orientação e o respeito sobre a expressão da sexualidade na fase de desenvolvimento infantil são um dos aspectos abordados na educação sexual, que busca promover a autonomia do indivíduo por meio do conhecimento sobre o próprio corpo, entendendo que a criança é um sujeito de direito que, através do acesso à informação, está mais prevenida a sofrer situações de risco como o abuso sexual (Spaziani; Maia, 2015).

Segundo Campos e Miranda (2022), a educação sexual não tem como objetivo incitar aos jovens a realização do ato sexual em si, mas orientar acerca de possíveis riscos que os mesmos podem sofrer como o abuso sexual, considerando que a violência sexual ocorre na maioria dos casos no ambiente familiar e por vezes é identificada na escola, tendo em vista que muitas das vítimas não possuem o conhecimento de estarem sofrendo abuso e, constantemente, são coibidas a se manterem em silêncio.

Deste modo, a escola, por se tratar de um ambiente formativo, pode desenvolver e implementar ações que promovam a educação sexual dos alunos, considerando que a discussão sobre a sexualidade ainda é perpassada por tabus, mitos e crenças que dificultam ou impedem um diálogo consistente entre pais e filhos, o que contribui para que os jovens sejam mais vulneráveis a fatores de risco como a violência sexual (Ferreira; Souza, 2019).

Além disso, a escola, por se tratar de um ambiente de ensino e aprendizagem, se torna propícia em fornecer a compreensão de crianças e adolescentes acerca de diversos aspectos ligados à sexualidade. Contudo, ainda é um desafio debater sobre as questões que permeiam a vida sexual, pois os pais buscam evitar que os filhos tenham acesso às informações sobre a temática pelos preconceitos ligados a ela (Mendel; Miranda, 2023).

Nesse sentido, a partir de um estudo realizado por Campos e Urnau (2021), foram realizadas entrevistas com professores acerca do papel da escola na promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes no combate à violência sexual. Evidenciou-se que a maior parte dos agentes escolares não reconheciam a escola como responsável em abordar temas relacionados a uma problemática social como a violência sexual, mas, em contrapartida, outros profissionais relataram a importância da escola no desenvolvimento de um pensamento crítico dos alunos por meio de palestras e debates relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, se evidencia a escassez de discussões e orientações por parte dos pais e da escola com a criança acerca da sexualidade e suas repercussões físicas e psicológicas no desenvolvimento infantil.

5. Metodologia

A pesquisa foi um estudo qualitativo que buscou entender e descrever como o fenômeno ocorre a partir da relação entre a realidade e a subjetividade, baseando-se na interpretação dos significados dos sujeitos que não podem ser explicados por representações numéricas (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010). O trabalho possuiu delineamento transversal que teve como objetivo estudar pessoas de diferentes faixas etárias num período específico de tempo (Cozby, 2003).

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo de campo que, de acordo com Gil (2002), a pesquisa de campo se refere à participação direta do pesquisador com o objeto e o ambiente a ser estudado, buscando captar explicações e interpretações de um determinado grupo ou comunidade. Além disso, a pesquisa utilizou um método indutivo, no qual busca compreender um fenômeno que ocorre de modo particular e coloca a generalização como resultado dessa coleta de dados particulares (Gil, 2008).

Os critérios de inclusão para participação do estudo foram: 1) pais ou responsáveis de alunos do ensino fundamental; 2) pais ou responsáveis de alunos matriculados em escola particular; 3) pais ou responsáveis de crianças que tenham entre 6 a 11 anos de idade, sendo a escolha pelo critério de

conveniência e disponibilidade da coordenadora do fundamental para mediação do contato; 4) ter o consentimento livre e esclarecido (TCLE); 5) participantes com no mínimo 18 anos de idade; 6) apenas um cuidador da criança; 7) em média 4 participantes; 8) disponibilidade para participação da pesquisa e 9) mulheres ou homens. Os critérios de exclusão foram: 1) participantes com menos de 18 anos de idade; 2) não ser cuidador da criança e 3) dificuldade de compreensão e interpretação verbal e escrita.

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas que foram baseadas em um roteiro de perguntas estabelecido pelo pesquisador previamente sobre o tema estudado, mas que permite o surgimento de novas perguntas à medida que ocorre a interação com o entrevistado (Silva; Russo, 2019). Além disso, se utilizou snowball como uma técnica de amostragem não probabilística, sendo uma estratégia que possibilita acessar um determinado grupo de difícil acesso a partir de uma cadeia de referências que ocorre por meio de indicações entre participantes (Vinuto, 2014).

Como se trata de uma pesquisa com seres humanos, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uninta, sendo aprovado e registrado pelo seguinte número 6.307.682. Além disso, a pesquisa seguiu as recomendações éticas da Resolução 510/2016 (Conselho Nacional de Saúde, 2016), as normas e diretrizes da Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde (Brasil, 2012) com o intuito de ser aprovada no curso de graduação em Psicologia.

Vale salientar que a escolha da escola se deu por conveniência, devido ao contato prévio já estabelecido com os responsáveis da instituição. Foi apresentado à diretora o projeto de estudo e solicitada uma autorização para realização da pesquisa na escola (Anexo A) em duas vias: (a) sendo entregue ao responsável da escola e (b) a outra devidamente armazenada na pasta da pesquisadora.

Após a autorização da escola, foram realizados os seguintes procedimentos: 1) Convite para participação da pesquisa mediante apresentação dos objetivos, método e justificativa, em que aqueles que aceitarem participarem, assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) que foi apresentado também em duas vias, uma sendo entregue ao participante e a outra devidamente armazenada pela pesquisadora, 2) Contato com os participantes via WhatsApp para combinar previamente a data, local e horário da entrevista, 3) Coleta de dados por meio da entrevista com os participantes de forma individual, sendo em uma sala que fosse viável garantir o sigilo e a privacidade necessária e 4) Encontro com os responsáveis da instituição e os participantes para oferecer a devolutiva acerca dos resultados da pesquisa.

Ademais, as entrevistas foram realizadas tanto de modo presencial na escola como também de forma online pela plataforma Google Meet, respeitando todos os preceitos éticos de confidencialidade dos mesmos e o sigilo das informações pelo uso de fones de ouvido e escolha de um ambiente seguro para a realização da coleta de dados. As entrevistas foram registradas por um

dispositivo de gravação, como o celular, sendo devidamente consentido pelo participante. O seu roteiro conteve doze perguntas no total, sendo sete relacionadas às informações sociodemográficas a fim de caracterizar a amostra, sendo as demais acerca da perspectiva dos pais sobre a educação e violência sexual, visando responder aos objetivos da pesquisa.

O risco da presente pesquisa foi mínimo, considerando que não teve como objetivo intervir no aspecto físico, psíquico, social, cultural e espiritual dos participantes. O benefício do estudo foram as contribuições teórico-práticas na produção de conhecimento científico acerca da relevância de políticas públicas que implementassem medidas preventivas à violência sexual contra crianças a partir do nível de conhecimento que os pais possuem sobre educação sexual, possibilitando a eles refletirem sobre a sua importância na articulação com a escola para proteção e desenvolvimento das mesmas.

Foi utilizada a análise de conteúdo baseada em Bardin, uma técnica que analisa de forma sistemática e objetiva as mensagens a fim de compreender os sentidos e os significados delas, sendo realizadas as seguintes etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados e inferência (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021).

6. Resultados e discussões

As categorias foram criadas a partir da transcrição literal do que foi relatado pelas participantes em áudio. Depois, foi realizada uma leitura exaustiva das mensagens, buscando identificar similaridades de sentido entre as palavras que mais se repetiam e diferenciando-as com o propósito de, ao final, serem criadas categorias.

Participaram cinco mulheres, sendo a participante A com idade de 24 anos, ensino superior incompleto, divorciada com renda familiar média de 5.000 reais. A participante B com 38 anos, ensino superior completo, casada e com renda familiar média de 4.000 reais. A participante C com 30 anos, ensino superior completo, casada e com renda familiar de 5.000 reais. A participante D com idade de 35 anos, ensino superior incompleto, divorciada e com renda familiar média de 5.000 reais. A participante E com 32 anos, ensino superior completo, casada e com renda familiar média de 3.000 reais.

6.1 Educação Sexual como Prevenção à Violência Sexual Intrafamiliar

Acerca do que os pais entendem sobre educação sexual, emergiu como categoria central a educação sexual como prevenção à violência sexual, sendo definido pelas cinco entrevistadas da seguinte maneira:

(A) "Prevenir todas essas questões de violência [...] Acho que todo lugar é suscetível de acontecer, em casa acontece"; (D) "A gente pode ensinar ela onde não pode tocar [...], porque a gente vê abuso sexual em escola, de padrasto, de pai, de avô"; (C) "Ser

uma forma até de proteção, você transmitindo o que pode e o que não pode, você vai estar no caso prevenindo até de acontecer uma questão de abuso, muitas vezes por inocência acontece questões familiares [...] a criança não sabe nem o que está acontecendo” e (E) “de eu explicar e de eu falar para ela, ó alguém não pode tocar aqui, você tem que se prevenir [...] eu já vi caso de jornal de pai que abusou da filha ou do filho, tio ou mesmo da família”.

Vale salientar que pessoas da família em que a criança desenvolve uma relação de confiança passam a ser os principais autores do crime, em que na maioria das vezes possuem um grau de parentesco com a vítima, caracterizando-se a relação como incestuosa ou prática configurada como violência doméstica, considerando que os mesmos possuem algum tipo de poder sobre a criança dentro da hierarquia familiar (Habigzang et al., 2005).

Nesse sentido, a educação sexual possibilita à criança comunicar situações de perigo como uma estratégia de enfrentamento à violência sexual através de um processo que sensibilize e oriente as famílias, envolvendo o conhecimento do próprio corpo, identificando e nomeando as partes íntimas, como também aprendendo sobre privacidade e limites na relação com o outro, considerando que na infância, a educação sexual deve ocorrer de maneira lúdica e interativa (Batista et al., 2022).

Deste modo, o processo dialógico entre famílias, escola, crianças e adolescentes pode ser uma das maneiras viáveis de enfrentamento à violência sexual contra o público infanto-juvenil que, por meio de políticas públicas, oferecem recursos para a desconstrução de tabus a partir do momento que se possibilita um espaço de discussão sobre o tema (Maniaudet; Teixeira, 2021).

Além disso, a partir de um aumento significativo de debates acerca da sexualidade, tem-se contribuído para o desenvolvimento de ações governamentais no combate à violência e à discriminação, como também, na promoção dos direitos humanos. Exemplo disso seria a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 1996 (Santos et al., 2008).

Deste modo, surge em 2003 o projeto de Prevenção e Saúde nas Escolas que tem como um dos propósitos desenvolver políticas públicas ligadas à promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, investindo na formação de profissionais da educação e da saúde para atuarem frente às experiências sexuais de adolescentes e jovens escolarizados (Brasil, 2006).

Portanto, a percepção das entrevistadas revela a educação sexual como prevenção à violência sexual, sendo que a maioria delas trouxe a perspectiva da violência sexual no âmbito intrafamiliar, o que reforça os achados da literatura, afirmando a importância da inserção da temática na grade curricular dos alunos, e no desenvolvimento de políticas públicas, em que ao longo da história se foi percebendo a necessidade de formular ações voltadas para o âmbito da prevenção, no caso do projeto de Prevenção e Saúde nas Escolas em 1996 e da criação do projeto de Prevenção e Saúde nas Escolas no enfrentamento à violência contra adolescentes e jovens em 2003. No entanto, percebe-se ainda uma necessidade de promover projetos de educação sexual voltados também

para crianças, tendo em vista que é o público que apresenta elevado índice de acometimentos à violência sexual, como mencionado anteriormente.

6.2 Violência sexual como violência psicológica

Vale salientar que acerca da concepção dos pais sobre violência sexual, surgiu como categoria a violência sexual como violência psicológica, sendo descrita por três participantes como:

(A) "A violência sexual começa de forma sutil a partir de uma violência emocional, uma violência psicológica"; (C) "É ultrapassar barreiras, tanto que pode ser psicologicamente" e (B) "A pessoa está falando, palavras que não são agradáveis".

De acordo com Lei Federal 13.431 aprovada em 14 de abril de 2017, a violência psicológica se refere a qualquer ato que discrimine, desvalorize ou despreze a criança ou adolescente por meio de intimidações, ameaças, agressão verbal, indiferença, dentre outras, causando prejuízos ao seu desenvolvimento psíquico (Brasil, 2017).

Segundo a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência Infantil em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (2006), a violência psicológica se refere a maus tratos por parte de alguém que exerce poder em relação a criança, ocorrendo na maioria das vezes no meio familiar, o que contribui futuramente para que a mesma possa ter níveis prejudiciais de consumo de álcool, isolamento e exclusão social, elevado desemprego e desigualdades econômicas, sendo que estratégias nas quais abordem tais fatores possuem potencial de prevenir vários tipos diferentes de violência (Who, 2006).

De acordo com Lei 14.344 de 24 de Maio de 2022, define a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes como qualquer ato ou omissão que venha a causar sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial, inclusive causar a morte. Além disso, refere criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra os mesmos, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 (Brasil, 2022).

Sendo assim, se percebe no relato das participantes que a violência sexual pode se manifestar por meio de palavras com cunho sexual e que provoquem na vítima sentimento de desagrado, que em consonância com a literatura, entende a violência psicológica como maus tratos à criança ou adolescente através de intimidações, ofensas e ameaças que venham a violar a integridade do sujeito.

Ademais, entende-se a necessidade de desenvolver estratégias de prevenção, considerando os efeitos prejudiciais que tal prática produz na criança, como também, pelo fato que a concepção da violência sexual como violência psicológica ainda é um debate a ser construído, levando em conta que apenas três das cinco participantes confirmaram tal categoria.

6.3 Violência sexual como abuso sexual com contato físico

No que diz respeito à perspectiva dos pais sobre violência sexual, foi encontrado como categoria a violência sexual como toque físico sem consentimento, sendo descrito pelas cinco participantes como:

(A) "Tocando em qualquer parte do corpo que não seja consentido, é violência sexual"; (B) "Acho que essa relação pode ser tanto física"; (C) "O tocar é ultrapassar uma barreira maior, cometer o ato também é uma forma de violência"; (D) "É quando o ato é feito sem seu consentimento [...] A violência sexual é quando é feito alguma coisa sem seu consentimento, um abuso, um beijo, um toque" e (E) "Eu acho que é a pessoa querer tocar no meu corpo, assim, até eu aqui adulto".

De acordo com o Ministério Público do Piauí (2021), considera que o toque nos órgãos genitais em formas de carícia, penetrações, busca pela relação sexual, masturbação e sexo oral são formas de violência sexual que se caracterizam como abuso sexual com contato físico. Além disso, o abuso sexual pode ser entendido como qualquer proximidade de alguém que esteja em desenvolvimento psicosssexual mais avançado com uma criança ou adolescente para fins de estimulação sexual do perpetrador, considerando que a interação sexual pode estar relacionada a toques por meio de carícias, sexo oral ou relações com penetração (Habigzang et al., 2005).

Nesse sentido, a violência sexual que ocorre contra criança e adolescente pode ser cometida em um contexto dissimulado através de atos sexuais como carícias, beijos, toques, dentre outros, tendo em vista que o abusador ocupa um lugar de vantagem frente à vítima que pode se manter neste ciclo, por não conseguir comunicar ou por parte das pessoas não acreditarem no seu argumento, o que fortalece a construção de um segredo entre a vítima e o agressor (Morales; Schramm, 2002).

Deste modo, a partir do que foi expresso pelas participantes em consonância com a literatura, a violência sexual como toque físico sem consentimento se configura como abuso sexual com contato físico que pode ser manifestado desde um toque em formas de carícias até uma penetração no órgão genital da vítima, considerando que todas as cinco participantes apresentaram a violência sexual nessa perspectiva, tal fato evidencia que a violência sexual é identificada mais facilmente quando sentida fisicamente ou percebida visualmente.

6.4 Violência sexual como exploração sexual

No que diz respeito à concepção dos pais sobre violência sexual, surgiu como categoria a violência sexual como exploração sexual, sendo descrito por uma participante da seguinte forma: *"Essa questão também da exploração sexual infantil que existe, não precisa existir a penetração"*.

A exploração sexual diz respeito à comercialização dos corpos de crianças e adolescentes para fins sexuais em busca de obter lucro ou benefícios, por meio daquele que media e/ou alicia vítimas que já vêm de um processo dinâmico de vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais (Demenech et al., 2021).

Nesse sentido, criar estratégias de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como outras formas de violência sexual, inclui a construção e implementação de diversas políticas públicas que façam parte da rede de proteção, considerando que a escola está no eixo da promoção à saúde e que, diante de sua importância como instituição de ensino, deve promover os direitos sexuais, contribuindo para o rompimento da perpetuação do ciclo da violência (Urnau; Campos, 2021).

Portanto, percebe-se, a partir do relato de uma das participantes, que a violência sexual pode se manifestar como uma forma de exploração sexual, em que, de acordo com a literatura, envolve a mercantilização do corpo da criança em troca de benefícios. É necessário, por parte da escola, o rompimento do ciclo de violência por meio do acesso a informações, considerando que a mesma é uma instituição que se localiza dentro da rede de proteção como um eixo de promoção à saúde, não podendo ser omissa a tais práticas de violência a partir da proibição da educação sexual no processo de aprendizado dos alunos.

6.5 Educação sexual deve ser realizada nas escolas por ser um local de aprendizado

No que se refere ao que os pais acham sobre a educação sexual ser realizada nas escolas? Por que? Surgiu como categoria central que a educação sexual deve ser realizada na escola por ser um local de aprendizado. Foi descrito por duas participantes como:

(A) "Apoio desde da faixa etária de 7 anos, acho que eles já têm um entendimento sobre [...] por que eu acho que a escola, junto com a família é um lugar ideal para ser ensinado isso, essas formas de prevenção [...] com um professor ali para ensinar, uma referência" e (D) "Eu concordo, mas que seja uma faixa de idade que a criança esteja preparada para isso [...] porque ensinar é uma forma de prevenir [...] você falar esse assunto comigo, eu tenho 35 anos, eu me sinto envergonhada, então você imagina abordar uma relação sexual [...] Mas acredito que 9,10 anos, poderia sim ser tratado um assunto, pelo menos iniciado o assunto".

A escola é um ambiente propício ao aprendizado do aluno sobre temas relacionados à sexualidade, considerando que a educação sexual articula a prática da psicologia educacional com a formação humana, pois a sexualidade é inerente ao ser humano e vai além da relação sexual em si (Santos et al., 2021).

Nesse sentido, a educação sexual envolve trabalhar relações interpessoais, expressão de sentimentos e atitudes, como também o desenvolvimento de valores morais, o que contribui ainda para a inclusão de

alunos com necessidades especiais em educação, potencializando o processo de ensino e aprendizado por meio da troca de experiências entre diferentes pessoas (Figueiró, 2009).

A família e a escola devem se articular em conjunto na educação sexual, em que a escola irá apenas complementar com informações das quais já sejam trabalhadas pela família, pois esta última possui um papel importante na educação sexual das crianças, considerando que os valores familiares influenciam inclusive no modo como a criança irá reagir ao assunto, sendo abordado na escola de modo transversal em diversas disciplinas (Apolinário; Richartz, 2021).

Existem pessoas que entendem que a educação sexual deveria ser abordada de modo restrito, por acreditarem que não seria o momento ou não estaria na faixa etária ideal, sendo que os pais, por não terem conhecimento sobre o assunto, acabam por se sentirem desconfortáveis a responder aos questionamentos dos filhos sobre relação sexual e descoberta sobre o próprio corpo; porém, quanto mais cedo for trabalhado, mais simples se tornam os conceitos de serem entendidos (Santos et al., 2021).

De acordo com um estudo realizado por Spaziani e Maia (2015), revelou que algumas professoras, nas quais foram entrevistadas, não tinham certeza sobre educação sexual como possibilidade de prevenção, considerando que as crianças não estariam preparadas cognitivamente para terem acesso sobre tal assunto, por serem imaturas e inocentes; contudo, outra professora trouxe a importância de se abordar de forma articulada entre família e escola como um desafio ainda a ser enfrentado.

Portanto, as entrevistadas concordaram com a educação sexual nas escolas por ser um ambiente de ensino e aprendizado, contanto que fosse abordada a partir de uma faixa etária; além disso, demonstravam, durante a entrevista, um incômodo ao se referirem à relação sexual, o que articula com a literatura que afirma a importância de se debater sobre sexualidade desde cedo na escola em conjunto com a família, considerando que a educação sexual deve ocorrer desde quando a criança é um bebê, de modo que seja compreensível a sua linguagem, por exemplo, indicando à criança quem são os responsáveis no momento de trocar sua fralda, possibilitando que a mesma atribua sentido àquelas pessoas que são de sua confiança daquelas que não são.

6.6 A Educação sexual deve ser realizada na escola pelos tabus que existem

Acerca do que os pais acham sobre a educação sexual ser realizada nas escolas? Por que? Surgiu como categoria “Educação sexual deve ser realizada na escola pelos tabus que existem”, em virtude aos preconceitos que são gerados em torno deste tema por pais e pela escola. Foi descrito pelas três participantes como:

(B) "Acho que seria bom. Porque eu vejo hoje em dia as escolas não tão abertas para se falar [...] os pais não querem ainda que a criança aprenda [...] Até entendo os pais, mas é porque é uma palavra tão forte, acho que deve ser tão forte para algumas pessoas que vê a palavra sexualidade como né?" e (C) "Eu acho que se houvesse mais informação para o aluno, seria melhor, mas nem todos os pais tem o mesmo pensamento, digamos que 70% dos pais não apoiam. Eles não têm muito a questão da informação, então eles acreditam que seja ensinar todo mundo a fazer o sexo" e (E) "No meu ponto de vista, seria muito importante, porque tem criança que ainda não é trabalhado isso, nem em casa e nem na escola, na escola a gente quase não vê isso, é privado de falar sobre isso com as crianças".

O que se entende sobre sexualidade vem sofrendo transformações ao longo da história. O que antes era entendido como uma perversão falar sobre sexo com crianças e adolescentes atualmente é compreendido como algo importante a ser discutido nas escolas. Estas devem trabalhar conceitos de forma científica, desmistificando a concepção de que falar sobre sexualidade seja estimular a prática do ato sexual em si. Esse equívoco contribui para que o tema seja pouco discutido tanto na escola quanto na família (Nascimento et al., 2022).

Nesse sentido, a educação sexual deve ser realizada de modo a ensinar sobre questões relacionadas à sexualidade sem vinculá-las a uma ideia de pecado ou impureza. Tal concepção resultou em despreparo por parte dos pais em falar sobre o assunto, devido a tabus e preconceitos associados ao tema. Isso revela a necessidade de uma educação que emancipe os pais, levando-os a refletir sobre seus valores e atitudes repressivas, que foram submetidos por seus familiares, por meio de leituras e discussões sobre o tema (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013).

Deste modo, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que a educação sexual seja abordada de forma transversal. É necessário que os professores estejam disponíveis para acolher e sanar as dúvidas, bem como sejam flexíveis na implementação da educação sexual em suas disciplinas, favorecendo ao aluno uma tomada de consciência do seu próprio corpo que poderá ser tocado com seu consentimento (Brasil, 2016).

Ademais, a educação sexual passou a ser incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No entanto, não houve iniciativas por parte do poder público na sua implementação, tanto na rede pública quanto na rede privada. Além disso, a educação sexual vem sendo reprimida pela escola e pela família, o que contribui ainda mais para o avanço dos preconceitos e possivelmente a evitação por parte da criança em conhecer sobre o assunto (Cruz, 2016).

Sendo assim, a partir do que foi relatado pelas entrevistadas, evidencia-se que a educação sexual pode ser proibida no contexto escolar e familiar, devido a tabus que existem em torno da sexualidade pela concepção de que a educação sexual consiste em ensinar a criança sobre o ato sexual. De acordo com a literatura, revela-se que há pouco investimento do poder público na educação

como forma de prevenção de diversos fatores de risco relacionados à sexualidade, considerando que a educação está intimamente ligada à saúde.

6.7 Educação sexual na família

No que se refere ao fato dos pais terem possuído educação sexual na família, duas participantes relataram:

(B) "Graças a Deus foi bem tranquilo, minha mãe foi super tranquila" e (E) "A minha mãe desde pequena sempre explicou para gente". As outras três descreveram como: (A) "Não tive esse contato, não aprendi, minha mãe evitava ter esse contato comigo"; (C) "Não houve de forma alguma, tanto que eu fui criada pelos meus avós, é esse pessoal mais velho, são mais difíceis" e (D) "Eu sei muito pouco porque casei grávida, eu não sabia que estava grávida, por que minha mãe nunca conversou comigo sobre educação sexual."

Um desafio encontrado em relação à educação sexual no ambiente familiar é a insegurança dos pais em dialogar com os filhos sobre sexualidade. Tal incômodo embasa uma atitude deles de omitirem informações ou reprimirem quando os filhos indagam com alguma dúvida ou apresentam curiosidade sobre o assunto, devido a terem aprendido, de outras gerações, informações sobre a sexualidade de modo distorcido, contribuindo para a perpetuação da deseducação sexual (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013).

Em uma pesquisa realizada por Spaziani e Maia (2015), aborda que algumas professoras afirmaram que realizar educação sexual com crianças pequenas poderia influenciar a erotização das mesmas de forma precoce, violando a infância e rompendo com a inocência que elas possam ter ao pontuar sobre questões relacionadas à sexualidade.

Além disso, em um estudo realizado por Savegnago e Arpini (2016), revela que o modo como as mães abordam o assunto sobre sexualidade é perpassado pelas suas experiências de vida enquanto crianças e adolescentes na relação com seus familiares, marcado por tabus e repressões ou escasso diálogo por parte dos pais, sendo trazido pelas mesmas, os prejuízos que foram decorrentes do despreparo em tratar sobre o assunto como uma gravidez não planejada.

Deste modo, as mães acabam tendo um papel na família como a principal figura a fornecer informações no que diz respeito à sexualidade com filhas meninas que apresentam ter uma relação de maior proximidade por se sentirem mais confortáveis e seguras para tirarem suas dúvidas com as mães (Cicco; Vargas, 2013).

Portanto, tendo em vista que todas as participantes eram mulheres e que a maioria delas não teve educação sexual na família, sendo que duas delas afirmaram terem tido contato com o assunto a partir do que era trazido pela mãe, o que concilia com os estudos que evidenciam o papel da mulher na família

como a principal educadora de filhas meninas, além da insegurança por parte dos pais que contribui para a omissão do assunto ou quando o tema é abordado na família perpassa por visões distorcidas do que consiste definitivamente a educação sexual, repercutindo tanto no meio familiar como escolar.

7. Considerações finais

A partir do questionamento sobre o que as mães entendiam sobre educação sexual, emergiu como categoria a concepção de que as mesmas compreendiam esta como uma forma de prevenção à violência sexual contra crianças.

Além disso, percebeu-se no relato da maioria das participantes acerca da educação sexual relacionada à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar, em que as mesmas apresentaram a família como agente responsável por realizar a educação sexual em conjunto com a escola na prevenção de práticas abusivas sexuais, mas também a família, em alguns casos, como a própria perpetradora da violência. No que se refere ao que elas entendem sobre violência sexual, surgiram como categorias a violência sexual como violência psicológica, abuso sexual com contato físico e exploração sexual, sendo descrito pelas mesmas como maneiras de manifestação da violência sexual. Observou-se que a maioria delas trouxe a violência por meio do toque, o que evidencia a violência sexual como mais fácil de ser identificada por meio do contato físico.

Desta forma, o estudo teve como limitação o fato de que a entrevista foi realizada apenas com mães e não com pais, devido à escola ter viabilizado o acesso às mães que já são professoras da instituição, considerando que as mesmas já possuem um certo conhecimento, o que restringe a compreensão de diferentes perspectivas de gênero e classes sociais. Tais aspectos podem ser aprofundados em estudos posteriores. Portanto, esta pesquisa trouxe como contribuição para a comunidade científica no que diz respeito à necessidade de construir políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento de debates entre escola e família de modo articulado, capacitando os mesmos para abordarem a educação sexual com crianças, considerando a necessidade de se pensar em políticas públicas em diversos âmbitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geovanna Barbosa de. **Exploração sexual de crianças e adolescentes e pornografia infantil: a situação brasileira, especialmente de meninas**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3776/1/TC%20-ARTIGO%20-GEOVANNA-B05-2022-1-rev.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022

ALMEIDA, Jeovânia Dantas de *et al.* **O estatuto da criança e do adolescente: a garantia da proteção integral e a visão equivocada da**



sociedade quanto a sua aplicabilidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO NA SAÚDE, 1., 2014. Cajazeiras. **Anais...** Cajazeiras: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/5368>. Acesso em: 5 jul. 2022.

APOLINÁRIO, Poliana; RICHARTZ, Terezinha. Educação sexual a partir dos parâmetros curriculares: cultura e corpo. **EDUCAÇÃO SEXUAL A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES: cultura e corpo**, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/2168/1/Poliana%20Apolin%c3%a1rio.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**, p. 3-11, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/6592/S1413-73722002000200002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ARIES, Phellipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023

ARCARI, Caroline. **Direitos sexuais são direitos humanos**: coletânea de textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, p. 23-28, 2017. Disponível em: https://cmdca.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Caderno_Temtico_2017_Final-1.pdf#page=23. Acesso em: 5 jul. 2022.

BATISTA, Mitlene Kaline Bernardo; GOMES, Wanessa da Silva; VILLACORTA, João Augusto Machado. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 208-220, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vwbB75BZDcrTx3V4Qj84pHB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Ministério dos direitos Humanos e cidadania. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 21 mar. 2023

BRASIL. Estatuto Da Criança E Do Adolescente. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em:



<https://domainpublic.files.wordpress.com/2023/03/eca-2023.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017. Ano CLIV No – 66. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, quarta-feira, 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/04/2017> . Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022**. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.344-de-24-de-maio-de-2022-402908262>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação-sexual**. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Conselho Nacional De Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, p. 59-59, 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 24 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline. Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/DYVBLm9dBFrPWk5HZkBQjNS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Carlos/Downloads/2347-Texto%20do%20Artigo-8462-1-10-20210325.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510/2016**. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasil: Ministério da Saúde, 2016. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 4 fev. 2023.

COSTA, Teresinha. **Psicanálise com crianças**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Carlos/Downloads/Cozby%202003.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CUNHA, Maria Leonina Couto. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: **Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CRUZ, Maria Aparecida Souza. **Sexualidade e educação sexual**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1252/1/MASC23092016.pdf>. Acesso em 12 fev. 2023.

DE CICCO, Roberta Ribeiro et al. **Relações de Gênero, Corpo e Sexualidade: Concepções de Estudantes sobre Autocuidado Relacionado ao Ensino de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. 2013. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/11888/eliane_vargasedecico_IOC_2013.pdf?sequence=2&isAllowed=y. 15 Abr. 2023

DEMENECH, Lauro Miranda et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de rua no Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5701-5710, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/q3drxtRqp9LDk9YZcPV6XpP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2023

DO NASCIMENTO, Marcos Felipe Freitas et al. **Educação sexual: um tabu na comunidade escolar**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_M D1_SA107_ID9191_27072021144119.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

KAUARK, Fabiana da Silva; Manhães, Fernanda Castro; Medeiros, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um Guia Prático**. Bahia: Litterarum, 2010. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

MANIAUDET, Sylvia Nikitskaja Barragat; TEIXEIRA, Silvana Barros dos Santos. Educação sexual como instrumento de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: caminhos possíveis para as políticas públicas. In: Jornada Internacional De Políticas Públicas, 10., 2021. [S.l.]. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2021. Disponível

em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_938_938612d464da77ab.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Prevenir, identificar e combater:** violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2021/06/Cartilha-MPPI-Violencia-Sexual.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MIRANDA, Jean Carlos; DO COUTO CAMPOS, Isabela. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732/513>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MENDEL, Ana Paula Cler; MIRANDA, Jean Carlos. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 216-248, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939/569>. Acesso em: 20 jan. 2023. Acesso em 23 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde** Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Educação sexual:** múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, p. 141-172, 2009. Disponível em: <https://maryneidefigueiro.com.br/files/uploads/976c7a39-3a57-44c1-b7e7-95b40f8e9684.pdf#page=154>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FERREIRA, Iago Gonçalves; PIAZZA, Marina; SOUZA, Deyse. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1788-1788, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788/969>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844613015.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 139-144, 2015. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Panorama da violência letal**

e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Carlos/Downloads/Gil%202002.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar: Impasses e Desafios. **Holos**, 5, 251. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481548607021.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, p. 338-344, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/7pNTLhMQStyTMvjbZCVwCVL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; DA SILVA, Luciano Ferreira. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. **Gestão e Projetos: GeP**, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Carlos/Downloads/Dialnet-AplicacaoDeEntrevistasEmPesquisaQualitativa-8367625.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro; ARPINI, Dorian Mônica. Atravessamentos das histórias maternas na relação com filhos (as) adolescentes e a sexualidade. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 2, p. 178-193, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n2/v9n2a05.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SANTOS, Ana Laura Romano dos et al. **Educação sexual no ambiente escolar**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14452/7/EDUCA>

%c3%87%c3%83O%20SEXUAL%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR.pdf.
Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Claudiene et al. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO O GÊNERO, 8., Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, p. 105-123, 2008.

SPAZIANI, Raquel **et al. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância:** concepções de professoras. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v32n97/07.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250> Acesso em: 23 mar. 2023.

WERNECK, Anna Flora; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Maria Gorete OM. O essencial é invisível aos olhos: impactos da violência sexual na subjetividade de crianças e de adolescentes. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual**, p. 69, 2014. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/publicacao/guiade-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence.** Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/43499/9241594365_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 jul. 2023.

Recebido em: 05 de dezembro de 2023.
Aceito em: 21 de dezembro de 2023.
Publicado em: 03 de janeiro de 2024.